

# PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVIII • Nº 394  
Brasília-DF • Abril 2017



## O maior Acampamento Terra Livre da história

Quatro mil indígenas reúnem-se em Brasília para lutar contra retrocessos

Páginas 8 a 11

Reforma da Previdência  
viola direitos indígenas  
e é inconstitucional

Páginas 14 e 15

Amazonizar o mundo: Repam denuncia violações  
de direitos indígenas em agenda internacional

Páginas 6 e 7

# Cimi 45 anos: memória é compromisso

Por Egon Heck, do Secretariado Nacional

Sem ufanismo ou derrotismo tive o privilégio de viver esses 45 anos do Cimi, o Conselho Indigenista Missionário, junto aos povos indígenas, na luta por seus direitos. O Cimi tem definido claramente linhas de ação que têm norteado uma atuação profética, respeitosa e radical na perspectiva da vida e da autodeterminação. O testemunho de centenas de missionários, religiosos e leigos tem possibilitado um enfrentamento permanente com as forças anti-indígenas no Brasil. Tem sido de fundamental importância o apoio permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, assim como das dioceses e prelazias.

Ao fazermos uma breve memória da atuação do Cimi, principalmente nos últimos anos, o fazemos no intuito de contribuir com a caminhada histórica da entidade, feita de luzes e sombras, conflitos e esperança, martírio e vitórias.

Nestes últimos cinco anos vimos um permanente e intenso ataque aos direitos constitucionais e originários dos povos indígenas. Esse quadro alarmante e genocida parecia ter sido superado com a aprovação do capítulo VII da Constituição de 1988. Nos artigos 231 e 232, fica superada a perspectiva integradora e assimilacionista, a superação da tutela e garantia dos direitos originários dos povos indígenas a seus territórios. O que vimos desde então foi um alinhamento crescente dos interesses anti-indígenas, no intuito não apenas de suprimir partes desses direitos, mas especialmente de garantir a eliminação deles, na lei e na prática.

Só não foi consumado esse retrocesso e o consequente genocídio dos povos indígenas no Brasil graças à permanente mobilização dos povos, comunidades e organizações dos povos indígenas, com apoio de seus aliados em nível nacional e internacional. E o apoio do Cimi tem sido permanente e incondicional.

O Centro de Formação Vicente Cañas tem sido um espaço de resistência e apoio à articulação e mobilização de delegações indígenas de todo o país.

Diante da Omissão, Convivência e ações contra os direitos dos povos indígenas por parte do Estado brasileiro, essas populações se viram na contingência de buscar cada vez mais as instâncias internacionais para denunciar as violências e violações dos direitos indígenas. Essa crescente incidência internacional dos povos indígenas e seus aliados tem sido vital para impedir o crescimento da violência, da impunidade e do genocídio.

O Cimi obteve, em agosto de 2016, status consultivo especial no Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc). Após dois anos de análise de documentos e relatórios, o Conselho aprovou

a concessão do status, afirmando que reconhece a competência técnica e especializada e a experiência prática da entidade na temática indígena.

Os direitos indígenas continuam sob a mira dos ruralistas, do agronegócio, das mineradoras e outros setores retrógrados das elites brasileiras. De maneira especial estão ameaçadas e permanentemente pressionadas as terras e territórios indígenas e os bens da natureza neles existentes.

O Cimi entende que uma das suas funções primordiais é a defesa da terra, da vida, da cultura e autodeterminação de todos os povos indígenas existentes no país.

São tempos de fazer memória, reafirmar nossos compromissos na luta pela vida dos povos indígenas. Celebramos a memória dos que derramaram seu sangue para que os direitos dos povos indígenas fossem garantidos, na lei e no chão. E o sangue derramado tornou-se semente e alento na continuidade da luta. Acabamos de celebrar, em Cuiabá, os trinta anos do assassinato de Vicente Kiwxi.

Em Brasília, na Praça do Compromisso, lembramos o cruel assassinato de Galdino Pataxó Hã-Hã-Hae, na noite de 20 de abril.

“A memória dos mártires, o sangue dos mártires, mais do que um conselho, é compromisso que conjuntamente assumimos, ou reassumimos”, afirmou Dom Pedro Casaldáliga em sua mensagem à Romaria dos Mártires de 2011. “O que eu peço de vocês é que não esqueçam a opção pelos pobres, essencial ao Evangelho, à Igreja de Jesus. E esses pobres se concretizam nos povos indígenas, no povo negro, na mulher marginalizada, nos sem-terra, nos prisioneiros... Nos muitos filhos e filhas de Deus proibidos de viver com dignidade e com liberdade. Eu peço também para vocês que não esqueçam do sangue dos mártires”.

Nos últimos anos, o Cimi tem sido novamente alvo de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Desta vez, na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, aberta em setembro de 2015, encerrada em 2016 e definitivamente arquivada, por falta de consistência, pelo Ministério Público em 2017. Ainda assim, todos os depoimentos e material produzido foram repassados a outra CPI, a da Funai e do Incra, que está ocorrendo em sua segunda edição na Câmara dos Deputados, em Brasília. O que não deixa dúvidas de que se trata de mais uma tentativa de criminalizar, desqualificar e incriminar os guerreiros indígenas e seus aliados.

O Acampamento Terra Livre, que estará se realizando em Brasília nesta semana, é uma expressão da caminhada dos povos indígenas na luta pela defesa de seus direitos nas últimas décadas.

E como nas que já se passaram, o Cimi seguirá, lado a lado com os povos, apoiando e participando das justas batalhas em defesa da vida, da diversidade e do Bem Viver.

## Porantinadas

### Povos, territórios e biomas

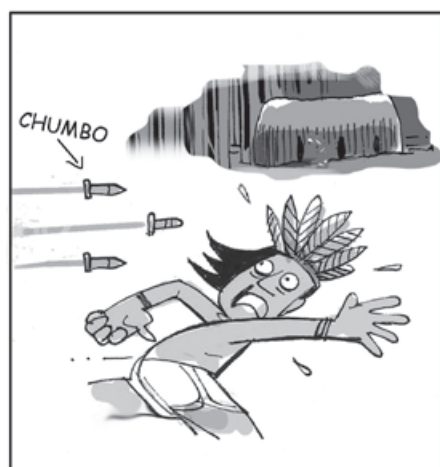
Em 2017, a Semana dos Povos Indígenas, tradicional campanha do Cimi, convida para reflexões sobre o tema “Povos indígenas, Territórios e Biomas: Berços de Vida, Lutas e Esperança”. O tema vincula-se ao proposto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a Campanha da Fraternidade de 2017, intitulado “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida”. O material da campanha está disponível no site do Cimi, no endereço [www.cimi.org.br/semanapovosindigenas2017](http://www.cimi.org.br/semanapovosindigenas2017)

### A carne é fraca

Conforme apurou o observatório De Olho nos Ruralistas, a empresária Sílvia Maria Muffo, uma das investigadas na Operação Carne Fraca, possui uma fazenda de quase seis mil hectares incidente sobre a Terra Indígena Wedezé, dos Xavante, em Cocalinho (MT). O frigorífico Frigomax, de sua propriedade, é um dos 21 investigados na operação divulgada pela Polícia Federal como a maior de sua história. Segundo as investigações, empresas e fiscais do Ministério da Agricultura se beneficiaram do esquema de propinas para liberar a venda da carne imprópria para consumo.

### “Grande chefe, tudo bom?”

Antes de completar um mês como ministro da Justiça, o ruralista Osmar Serraglio (PMDB-PR) se viu no centro de mais um escândalo. Durante as investigações, ele foi gravado numa ligação com o então superintendente regional do Ministério da Agricultura no Paraná, Daniel Gonçalves Filho, descrito pela PF como “líder da organização criminosa”. Na gravação, Serraglio cumprimenta Gonçalves: “Grande chefe, tudo bom?” A relação do ruralista com os frigoríficos não é novidade. A principal financiadora de sua campanha à Câmara dos Deputados, em 2014, foi a JBS, também investigada na Carne Fraca, com R\$ 200 mil.



# “Barreiras Humanitárias” à importação de commodities agrícolas brasileiras pela União Europeia: necessárias e urgentes

Cleber César Buzatto,  
 Secretário Executivo do Cimi

As organizações participantes do “Seminário da Sociedade Civil União Europeia-Brasil em Direitos Humanos”, ocorrido no dia 26 de abril, em Bruxelas, Bélgica, aprovaram recomendação por meio da qual defendem a adoção de “Barreiras Humanitárias” à importação de commodities agrícolas do Brasil por parte da União Europeia. A proposta, por nós apresentada, foi acolhida e consta nas conclusões do Seminário levadas ao corpo diplomático Europeu e Brasileiro, reunidos no dia 27 de abril, no Diálogo Oficial bilateral União Europeia-Brasil sobre Direitos Humanos.

A proposição tem por base a realidade de violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas, quilombolas, demais populações tradicionais e camponeses, por parte do agronegócio, no Brasil, além dos tratados internacionais de direitos humanos e as normas vigentes no que tange ao comércio bilateral União Europeia-Brasil.

Neste sentido, é importante salientar que as importações de commodities agrícolas brasileiras, por parte da União Europeia, seguem normas rígidas no que tange à questão sanitária, as chamadas “Barreiras Sanitárias”. Exigência de acordos comerciais firmados entre as partes, todo e qualquer problema dessa ordem que ocorra no Brasil deve ser imediatamente comunicado pelas autoridades brasileiras e tem o condão de provocar medidas restritivas à importação das respectivas commodities por parte dos Estados Membros da União Europeia.

Em consequência disso, observa-se a existência de um cuidado muito grande por parte das autoridades brasileiras, e mesmo de organizações representantes do agronegócio do Brasil, a fim de que não ocorram problemas sanitários em produtos agrícolas destinados à exportação.

Consideramos que critérios e procedimentos análogos aos adotados em torno das “Barreiras Sanitárias” devem ser criados e adotados pela União Europeia, em casos de violações de direitos humanos por parte do agronegócio e seus representantes no Brasil, o que denominamos de “Barreiras Humanitárias”.

Parece-nos fortemente paradoxal e não razoável o fato de que uma notícia, por exemplo, sobre a ocorrência de eventual caso de febre aftosa em um boi numa determinada região do Brasil pro-



Em visita a embaixadas, indígenas pedem que países suspendam importação de commodities brasileiras

critérios e procedimentos análogos aos adotados em torno das “Barreiras Sanitárias” devem ser criados e adotados pela União Europeia em casos de violações de direitos humanos por parte do agronegócio e seus representantes no Brasil, o que denominamos de “Barreiras Humanitárias”

ou fechamento do mesmo mercado à importação de commodities produzidas pelo agronegócio nessas regiões.

O assassinato de seres humanos tem muito mais importância do que uma febre aftosa em um boi qualquer no Brasil. Por isso, esses assassinatos, cada vez mais frequentes contra defensores de direitos humanos que atuam no campo brasileiro, devem ser tratados como motivos mais que suficientes para determinar restrições, suspensões e o fechamento do mercado europeu à importação de commodities do Brasil.

Situações como a liberação, por parte da União Europeia, à importação de carne bovina proveniente de dez municípios localizados no Cone Sul do estado do Mato Grosso do Sul, há cerca de um ano, tão logo tenham sido vencidas as restrições sanitárias não são aceitáveis do ponto de vista moral e dos direitos humanos.

voque restrição, suspensão e até mesmo o fechamento do mercado europeu à importação de carne bovina brasileira, ao mesmo tempo em que notícias como o massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido no Pará, em 1997, o Massacre de Caarapó, no Mato Grosso do Sul, em 2016, e o Massacre de Colniza, no Mato Grosso, em 2017, não tenham consequências; restrição, suspensão

As violações humanitárias que são cometidas recorrentemente contra os Guarani Kaiowá, exatamente naquela região, precisam ser valorizadas e servir de parâmetro para balizar as decisões da União Europeia neste e noutros casos análogos existentes na realidade Brasileira.

Diante do caos vivido no Brasil quanto às violações de direitos humanos provadas por representantes dos interesses do agronegócio, bem como, do absoluto controle político das estruturas legislativas e de governo no Estado brasileiro pelo mesmo setor, a adoção de ‘Barreiras Humanitárias’ à importação de commodities agrícolas do Brasil é um imperativo categórico que precisa ser tratado, por parte da União Europeia, seus órgãos deliberativos e Estados Membros, com a devida atenção e cuidado.

Não temos e, por evidente, não pretendemos apresentar receitas sobre como a União Europeia poderá construir e aplicar essas ‘Barreiras Humanitárias’ à importação de commodities agrícolas do Brasil, mas entendemos que elas são necessárias e urgentes para salvar direitos e vidas no campo brasileiro. ♦

O assassinato de seres humanos tem muito mais importância do que uma febre aftosa em um boi qualquer no Brasil. Esses assassinatos, cada vez mais frequentes no campo brasileiro, devem ser tratados como motivos mais que suficientes para determinar restrições, suspensões e o fechamento do mercado europeu à importação de commodities do Brasil

# “Galdino é uma pessoa que se foi para resolver a vida de muita gente”

Tiago Miotto, da assessoria de Comunicação

**G**aldino vive! A frase, repetida em coro por dezenas de pessoas presentes na Praça do Compromisso, em Brasília, expressou o sentimento compartilhado no ato inter-religioso em memória de Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, na noite de 20 de abril. Na madrugada de outro 20 de abril, vinte anos atrás, Galdino foi assassinado naquele local, queimado por jovens da classe média brasileira enquanto dormia no abrigo de uma parada de ônibus, numa das vias centrais de Brasília.

Na Praça, renomeada em homenagem a Galdino, indígenas de vários povos e não indígenas compartilharam orações, poesias, músicas e o toré, dança tradicional dos povos indígenas do nordeste do Brasil. Velas foram acendidas em torno da escultura do artista goiano Siron Franco, que homenageia o Pataxó Hã-Hã-Hãe assassinado em 1997.

“Toda vez que a gente chega aqui, a gente lembra do que aconteceu, foi um sofrimento grande. Ver ele daquele jeito, da forma que mataram ele, queimado, fica na memória para sempre. Quando chegamos aqui, parece que a gente se transforma, que a presença dele está no meio da gente, nos tocando”, afirma Wilson Jesus de Sousa Pataxó Hã-Hã-Hãe, sobrinho de Galdino que participou do ato em Brasília.

A atividade foi organizada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Rede Ecumênica da Juventude, Conselho Indígena do Distrito Federal, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília, Comissão Brasileira Justiça e Paz e pelo Fórum Ecumênico ACT – Brasil.

Houve falas e orações de lideranças indígenas e religiosas – além da Igreja Católica, participaram da atividade representantes da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da Igreja Metodista, da Igreja Síria Ortodoxa de Antióquia, do Templo Butista Terra Pura, da Comunidade Bahá’í e da Iniciativa das Religiões Unias – e de membros de movimentos sociais, como o movimento de quilombolas, de moradores de rua e de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Após um primeiro momento de falas e orações, todos reuniram-se em torno de uma fogueira e dançaram em volta dela o toré, comandado pelos indígenas. Enquanto ardiam as chamas, “Galdino vive!” ressoou em grito coletivo pela Praça do Compromisso.



Em 20 de abril, um ato na Praça do Compromisso fez memória aos 20 anos da morte de Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe

## Galdino e a luta por Caramuru-Catarina Paraguassu

A morte de Galdino foi parte de um longo percurso de luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe pela reconquista e demarcação de seu território tradicional no sul da Bahia. Reconhecida oficialmente em 1926 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a “Reserva Caramuru” passou, ao longo do século XX, por um longo e duro processo de esbulho.

Os Pataxó Hã-Hã-Hãe sofreram com a violência constante e o arrendamento de suas terras para fazendeiros e, além de serem confinados em áreas diminutas, lideranças chegaram a ser enviados ao Reformatório Krenak e à Fazenda Guarani, campos de concentração e tortura para indígenas mantidos pela Ditadura Militar em Minas Gerais.

Em 1982, a luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe pelo seu território tradicional se intensificou e uma Ação Cível Ordinária (ACO) no Supremo Tribunal Federal (STF) pediu a nulidade dos títulos de fazendas concedidos pelo estado da Bahia sobre a terra indígena.

Ao longo dos 30 anos que a ação demorou para ser julgada, as pressões e a violência continuaram intensas. Em 1988, a Fundação Nacional do Índio (Funai), então presidida pelo atual senador Romero Jucá (PMDB-RR), chegou a remover cerca de 50 famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe para uma área de 308 hectares comprada no município de Camamu, a mais de 230 quilômetros de Caramuru/Paraguassu. Segundo Wilson Jesus de Sousa, muitas das famílias que foram para lá retornaram pouco depois para lutar pelo território perdido.

Seu tio, Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, viajara a Brasília com uma delegação naquele abril de 1997 para pedir às autoridades que a demarcação da Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu tivesse andamento e fosse devolvida aos indígenas. Foi durante esta missão que acabou sendo assassinado na capital federal: com sua morte, explica o sobrinho, já somavam-se 17 lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe assassinadas desde 1982 em função da luta pela terra.

“Quando aconteceu isso com o Galdino, o mundo inteiro se sensibilizou. Galdino foi um marco que

Assine o

**PORANTIM**  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

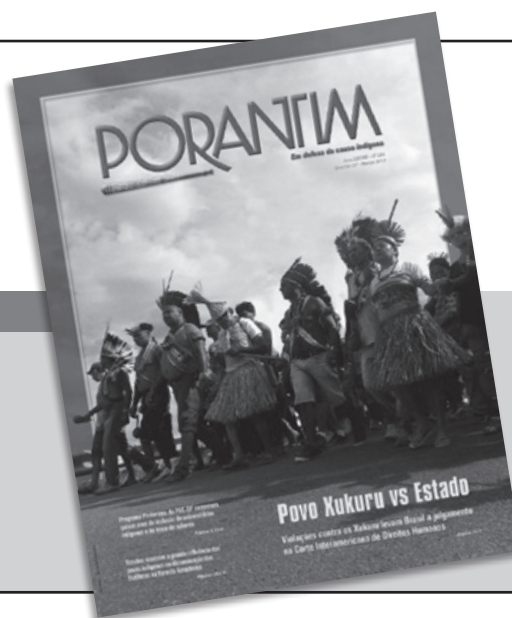
Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul

Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio\*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

\* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

fortaleceu o movimento indígena a nível nacional, não só local, tanto é que hoje está aí: uma celebração envolvendo vários povos do Brasil. Uma comoção que ainda existe até hoje. Galdino é uma pessoa que se foi para resolver a vida de muita gente”, explica Wilson.

Os Pataxó Hã-Hã-Hãe seguiram em luta pela sua terra e, em 2012, decidiram empreender uma grande ação de recuperação territorial. Nos dois primeiros meses daquele ano, retomaram 48 fazendas incidentes sobre a terra indígena, com a finalidade de fazer valer seu direito e pressionar o STF pelo julgamento que se arrastava há três décadas. Em maio daquele ano, veio a decisão: os títulos foram considerados nulos e a tradicionalidade da ocupação Pataxó Hã-Hã-Hãe foi referendada pelo STF.

Ao contrário do acontece com a maioria dos casos de assassinatos de indígenas no Brasil, que costumam permanecer na impunidade, os assassinos de Galdino foram logo identificados e julgados, graças a um chaveiro que, tendo presenciado o crime, anotou a placa do carro dos autores antes que eles fugissem. Também ao contrário do que ocorre com a maior parte da população carcerária brasileira, majoritariamente pobre e preta, os cinco autores do crime conseguiram rapidamente a progressão de suas penas - antes, inclusive, do que a lei determina, segundo matéria do jornal Metrôpoles - e se reinseriram com facilidade em seu círculo social após o cumprimento das sentenças. Segundo a reportagem, quatro dos autores do crime são hoje funcionários públicos com alta remuneração e um deles trabalha num grande escritório de advocacia em Brasília.

“Galdino sofreu na pele o que nós sofremos a todo instante”, afirmou Dinamã Tuxá, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), durante o ato na Praça do Compromisso. “As violações que os povos indígenas no Brasil vivem, e continuam vivendo, são latentes. Nós sofremos isso diariamente, estamos em constante batalha para sobreviver. Ele acabou demarcando esse território com o sangue dele. O índio Galdino morreu por uma causa justa”.

“A morte de Galdino em Brasília só fez mais ainda reforçar para que o povo Pataxó pudesse honrar sua memória e fazer com que a missão que ele veio fazer em Brasília fosse cumprida. Para nós é uma revolução justa, na qual conseguimos nosso território, embora a gente perdeu o Galdino, sua vida”

## Entrevista

**Wilson Jesus de Sousa Pataxó Hã-Hã-Hãe** saiu da Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, no sul da Bahia, para participar do ato em memória do assassinato de seu tio Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, em Brasília. Cacique na época em que Galdino viajara a Brasília para participar de reuniões ligadas à demarcação da terra indígena de seu povo, Wilson lembra bem do longo e custoso processo de luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe pela retomada e pelo reconhecimento de seu território tradicional.

Ele conta que o assassinato de Galdino deu energia ao povo que se encontrava espremido em 1079 hectares de terra, cercado por fazendeiros que ocupavam quase a totalidade de seu território tradicional. Galdino foi o marco para que o povo avançasse na retomada dos 53 mil hectares de sua terra que estavam na mão dos invasores.

**Qual foi a relação de Galdino com a luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe com a luta pela demarcação da Terra Indígena Caramuru-Paraguassu?**

**Wilson Jesus de Sousa:** Ele fazia parte da liderança e naquela época eu era o cacique da comunidade. Nós tínhamos perdido uma ação da Justiça Federal de Ilhéus e recorremos daquela decisão no STF. Naquela época nós vivíamos em 1079 hectares de terra e cinco fazendas que nós havíamos ganhado aqui no STF iriam dar uma folga para a gente, porque estávamos em mais de 2000 índios e confinados num pedacinho de terra.

E naquela época, veio essa comissão a Brasília para falar com as autoridades para que a gente pudesse voltar para essas cinco fazendas. Formamos uma equipe, veio ele, o pai dele, mais três lideranças, encontraram com outras que já estavam aqui em Brasília, com essa missão de brigar pelo nosso retorno a essas cinco fazendas. Foi quando aconteceu essa tragédia com ele aqui em Brasília.

“Galdino foi um marco que fortaleceu o movimento indígena a nível nacional, não só local, tanto é que hoje está aí: uma celebração envolvendo vários povos do Brasil. Uma comoção que ainda existe até hoje. Galdino é uma pessoa que se foi para resolver a vida de muita gente”

Foi uma tragédia que, no calor da revolução, a gente conseguiu voltar para as cinco fazendas e conquistar os 54.100 hectares da nossa terra, que é o que exigimos desde 1982. A morte de Galdino em Brasília só fez mais ainda reforçar para que o povo Pataxó pudesse honrar sua memória e fazer com que a missão que ele veio fazer em Brasília fosse cumprida. Para nós é uma revolução justa, na qual conseguimos nosso território, embora a gente perdeu o Galdino, sua vida. Isso também trouxe consequências para a família. Em seguida o pai dele, que viu toda a cena, faleceu em consequência da morte dele. A mãe dele também faleceu, o irmão mais novo dele, com 25 anos, também morreu em decorrência da morte dos pais, então a família sofreu grandes perdas, e a conquista nossa foi o território, que é um momento sagrado.

**Hoje se falou muito essa frase, “o Galdino vive”. O que significa dizer isso para o povo Pataxó Hã-Hã-Hãe?**

**Wilson Jesus de Sousa:** É que ele vive mesmo. Ele está presente o tempo todo. Nessa luta pela terra, sentimos que todos os guerreiros que perderam a vida na luta pelo território – nós perdemos 17 lideranças assassinadas de 1982 até a morte dele, assassinadas em função da luta pela terra. Já tínhamos perdido 16, com ele 17. E todos eles para nós são guerreiros que estão aí com a gente, vivendo entre nós. Por isso citar: Galdino vive.

**Essa luta pelo território, então, acabou incorporando a presença do Galdino também?**

**Wilson Jesus de Sousa:** Com certeza. Nos nossos rituais, são invocados os que já se foram. E para conseguir uma vitória, a gente sempre tem nossos rituais, chamando eles presentes ali, em

seus espíritos, dando a linha para onde nós devemos seguir, nos fortalecendo, dando força aos nossos guerreiros, à gente que está aí na frente. No ritual sagrado da comunidade indígena, a presença deles está ali sempre para nos direcionar e nos proteger dos inimigos, que são fortes.

Nós tiramos 400 fazendeiros da terra da gente. Não foi a Justiça não. 400 fazendeiros desde 1997, quando ele foi falecido. Em função disso, o Supremo julgou, no dia 2 de maio de 2012, uma ação que estava aí há trinta anos parada, dando ganho de causa aos Pataxó Hã-Hã-Hãe. Mas já não tinha mais nenhum fazendeiro dentro da terra indígena. Não fez mais do que simbolizar o julgamento, para dar o entendimento à sociedade de que o Supremo agiu, em função de toda essa peleia que a gente teve e pela luta também.

**Houve o toré em volta da fogueira e se falou aqui de dar um novo sentido para o fogo. Isso tem algum significado para os Pataxó Hã-Hã-Hãe também?**

**Wilson Jesus de Sousa:** Todo índio tem isso na mente. Se você vai fazer o toré, tem a fogueira. Você não faz um toré se não tem a fogueira, igual a essa que está aí. Se você vai para a retomada, lá assim que você acaba de ocupar a fazenda, tem que ter a fogueira. Tudo isso faz parte da cultura indígena. O fogo realmente é um meio de buscar também a fortaleza dos nossos antepassados. A gente não encarou o fogo como uma tragédia não. A gente encarou como uma forma de dar vida a Galdino.

Toda a vez que a gente chega aqui a gente lembra do que aconteceu, foi um sofrimento grande. Ver ele naquele jeito, da forma que mataram ele, queimado, fica na memória para sempre. Toda vez que a gente chega aqui, parece que a gente se transforma, que a presença dele está no meio da gente, tocando a gente, e se sente que ele está ali.

Quando aconteceu isso com o Galdino, o mundo inteiro se sensibilizou. Recebemos na nossa comunidade muita gente do exterior. Galdino foi um marco que fortaleceu o movimento indígena a nível nacional, não só local, tanto é que hoje está aí: uma celebração envolvendo vários povos do Brasil. Uma comoção que ainda existe até hoje. Galdino é uma pessoa que se foi para resolver a vida de muita gente.

“Ele vive mesmo, está presente o tempo todo. Nessa luta pela terra, sentimos que todos os guerreiros que perderam a vida na luta pelo território – nós perdemos 17 lideranças assassinadas – para nós são guerreiros que estão aí com a gente, vivendo entre nós. Por isso citar: Galdino vive”



Guilherme Cavalli/CPMI

**Wilson Jesus de Sousa, sobrinho de Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, relembra a participação do tio na luta pela terra**

# Amazonizar o mundo: Repam denuncia violações de direitos indígenas em agenda internacional

Fernanda Moreira, Cimi Norte 2

Em mais uma incidência internacional para denunciar violações de direitos cometidas pelo governo brasileiro, povos indígenas participaram do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU), entre os dias 24 de abril a 5 de maio. Uma comissão da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), com apoio da Fian Brasil e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), esteve em Nova York (EUA) participando das discussões do evento que celebrou os dez anos da *Declaração da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas*.

Com o objetivo de “amazonizar o mundo”, a comissão composta por lideranças dos povos Munduruku, Yanomami, Kanamari, do Brasil, e Kukama, do Peru, apresentou as perspectivas e desafios do bioma Amazônico. Além do encontro oficial, o grupo organizou uma série de atividades paralelas com autoridades internacionais, Organizações Não Governamentais, universidades e lideranças indígenas da América do Norte.

No terceiro dia de atividades, as lideranças encontraram-se com indígenas norte-americanos e com representantes do Comitê das ONGs para os povos indígenas das Nações Unidas e compartilharam experiências, espiritualidades e perspectivas de lutas. Além da delegação da Repam, estavam presentes Roberto Mukaro Borrero, do Conselho Internacional Indígena e das Confederações Unidas do povo Taíno, Chefe Sachem Perry, da Nação Ramaphoug Lenape e Chefe Sachem Hawk Storm, da Schaghticoke First Nations.

Chase Iron Eyes, importante liderança da nação Sioux de Standing Rock, se emocionou com a força dos cantos das lideranças sul-americanas que abriram o evento:

“Enquanto vocês cantavam, eu ouvia pássaros por todos os cantos dessa sala. Nós temos a mesma cosmovisão, a mesma conexão com as estrelas, com os lugares sagrados e nós consideramos a água o sangue de nossos espíritos ancestrais. É por isso que colocamos nossa vida em risco para proteger nossos rios”, disse Eyes. Os indígenas de Standing Rock enfrentam a construção de um grande oleoduto, projetado para transportar até 470 mil barris de petróleo por dia por baixo do rio Missouri, importante fonte de sobrevivência física e cultural das reservas sioux, no norte dos Estados Unidos.

Depois de contar sobre os planos do governo brasileiro de construir mais de 40 hidrelétricas na Bacia do Tapajós e a violência inerente a estes projetos – principalmente com a militarização do território Munduruku -, o cacique Juarez Saw concluiu sua fala chamando os indígenas presentes a lutarem juntos. “Nós viemos aqui para ouvir os parentes dos EUA e para que eles abracem nossa causa também e assim fazermos da luta uma só”.

## “Foi desesperador ver mais de 3 mil indígenas sendo massacrados em Brasília”

Lideranças indígenas também se reuniram com o ministro Ricardo Monteiro, responsável pelos temas indígenas da Missão do Brasil na ONU. O embaixador do país na ONU, Mauro Vieira, participou durante cinco minutos do encontro com uma fala protocolar, demonstrando pouca sensibilidade e apoio às denúncias levadas pelos indígenas.

A delegação da Repam entregou um documento com denúncias de violações de direitos dos povos indígenas



Discussão a respeito da Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas reuniu representantes das Américas do Norte e do Sul

no Brasil, em consonância com a 14ª declaração do Acampamento Terra Livre (ATL) e com um documento entregue por organizações indígenas e indigenistas em Genebra, no fim de março.

“Em alguns momentos eu me perguntava: o que estou fazendo na ONU? Para mim foi desesperador estar em Nova York e ver mais de 3 mil indígenas sendo massacrados pela polícia em Brasília”, disse Rayanne Baré, referindo-se à repressão ocorrida na mesma semana durante o ATL 2017. “Somos atacados todos os dias. Só queremos o direito de existir e de poder exigir nossos direitos”, completa.

A delegação também reforçou o não cumprimento das recomendações da Relatora Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas da ONU, Victoria Tauli-Corpuz, ao governo brasileiro, divulgadas em relatório em setembro de 2016, após sua visita em missão ao país. No mesmo dia, o grupo reuniu-se com a própria relatora, reforçando as denúncias apresentadas.



Delegação da REPAM reuniu-se com Victoria Tauli-Corpuz, relatora especial da ONU para os direitos dos povos indígenas

“Enquanto vocês cantavam, eu ouvia pássaros por todos os cantos dessa sala. Nós temos a mesma cosmovisão, a mesma conexão com as estrelas, com os lugares sagrados e nós consideramos a água o sangue de nossos espíritos ancestrais. É por isso que colocamos nossa vida em risco para proteger nossos rios”

Chase Iron Eyes, de Standing Rock

## Contaminação pela mineração

No encontro organizado pelo Grupo de Trabalho sobre Mineração de Organizações Não-Governamentais, a comitiva denunciou as explorações minerais ilegais em territórios indígenas e a consequente destruição física e cultural de seus povos. Veronica Shibuya, do povo Kukama (Peru), relatou a contaminação por empresas petroleiras das águas onde vivem os ancestrais de seu povo.

Armindo Goes alertou que os impactos da exploração mineral são sentidos não apenas na natureza, mas também em seus corpos, recordando as altas taxas de mercúrio identificadas no organismo de indígenas do povo Yanomami.

Em consonância com as denúncias levadas pelo cacique Juarez Saw Munduruku sobre a contaminação e o desmatamento no Tapajós, provocados por garimpeiros e mineradoras, Armindo observa que os mais de quatro mil garimpeiros que invadem as terras Yanomami “são apenas operadores, na medida em que o próprio Governo Federal está interessado em explorar as terras indígenas reconhecidas”.

Diante das denúncias, Lyla June Johnson, do povo Dine, da América do Norte, expressou emocionada sua conexão com as histórias ouvidas.

“Quando eu escuto a história de vocês, a luta de vocês, vejo que elas refletem a mesma luta dos Dine. E não posso deixar de notar que o que está por trás desse sofrimento é o consumismo”, comentou a educadora indígena. “Penso nos parentes mortos, retirados de sua terra, para que tudo o que consumimos exista. Temos que pensar de onde vêm nossas coisas, como podemos reduzir nosso consumo, porque são vidas que estão em questão”.

## Casa comum

Maurício Lopez, secretário executivo da Repam e Caritas Equador, lembrou que, além de fornecer 20% do oxigênio do mundo, a Amazônia abriga milhões de indígenas, que constroem e mantêm a biodiversidade da região, com seus modos de vida tradicionais. Contudo, ressaltou que esses povos encontram-se cada vez mais ameaçados pelos grandes projetos ditos “desenvolvimentistas”.

Em reunião com a delegação amazônica, Monsenhor Bernardito Auza, observador permanente da Santa Sé na ONU, enfatizou o papel da Igreja e a responsabilidade de todos em defender a Casa Comum, a partir da visão da ecologia integral, expressa na encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco, e se mostrou preocupado com os grandes projetos implementados às custas do sofrimento dos povos indígenas e tradicionais. ♦

# Cosmologias indígenas na ONU: ecologia indígena, mudanças climáticas e entremundos possíveis

Para além dos espaços formais de discussão oferecidos pelas Nações Unidas durante o Fórum Permanente para Assuntos Indígenas, é possível testemunhar agenciamentos minoritários e potencialmente transformadores quando mais de mil indígenas de todas as partes do mundo ocupam e inundam com suas pinturas, penas, cores, histórias e rituais as ruas, museus e auditórios de Nova York.

Delineiam-se em Manhattan as linhas de fuga ao auditório central e aos discursos vazios, pronunciados pelas diversas e subterrâneas faces persistentes da colonização. Na mesma semana, enquanto Carolyn Bennett, ministra de assuntos indígenas canadense, exaltava, na cerimônia de abertura do Fórum, a revisão de leis colonialistas para direitos indígenas em seu país e reforçava a priorização das relações entre o Estado canadense e as nações indígenas, Juarez Saw Munduruku denunciava, em outros espaços não oficiais, a monstruosa chegada da mineradora canadense Belo Sun em solo xinguano, destruindo locais sagrados aos povos indígenas e contaminando as águas.

Ainda na cerimônia de abertura, autoridades trouxeram ao centro a agenda 2030 e a “necessidade de os povos ajudarem os países a implementarem os objetivos sustentáveis”. Poucas horas depois, nos encontros paralelos, ouve-se a voz áspere do chefe do povo Taíno, Roberto Mukaro Borrero:

“Mesmo na Organização das Nações Unidas, eles têm uma agenda em andamento, chamada agenda 2030 e ela está ligada ao que eles chamam de objetivos de desenvolvimento sustentável. Se você olhar para os 17 objetivos, muitos deles se interrelacionam e se conectam aos povos indígenas, mas, em última análise, eles são traçados para que os governos discutam os últimos recursos que restam na Terra. E por que os povos indígenas devem estar preocupados com esta agenda? Porque 80% da biodiversidade que existe na Terra está dentro dos territórios dos povos indígenas”.

Mais uma das diversificadas formas de apropriação física e conceitual dos entes e territórios, legitimada pelo verniz da sustentabilidade, discutida nos gabinetes internacionais, em idiomas estranhos e distante das florestas, dos rios e de seus habitantes.

Naqueles dias, um ritual conduzido pelo Kanamari evocava a textura e as linhas do couro da jiboia desveladas pela Ayahuasca, enquanto a sala de treinamento sobre os objetivos sustentáveis das Nações Unidas tentava acomodar os cantos indecifráveis. Quanto disso tudo cabe nos “objetivos sustentáveis” de “proteção da biodiversidade aquática e terrestre”? Como falar ali dos “seres d’água” e das “nações aladas” evocadas horas antes por Chase Iron Eyes, de Standing Rock?

As pistas parecem vagar pelas incompatibilidades conceituais que se vão perdendo por entre árduas tentativas de tradução. “Ação climática” ou o compromisso para evitar “mudanças climáticas” parece figurar entre os objetivos mais importantes e mundialmente discutidos. Mas aos Yanomami e à sua ecologia parece representar mais um “mal entendido produtivo” (Albert):

“A ecologia Yanomami já indicou que hoje em dia a terra está doente, com poluição, existência de garimpeiro, exploração, madeireiro. São fungos, são doenças que está no corpo da Terra. O governo não cuida, mas nós chamamos xapiri, xamãs para fazer o diagnóstico. A Terra está doente, a floresta está doente e os não indígenas, através da sua ciência, dizem que o ambiente e a terra sofrem mudanças



Lideranças indígenas das Américas do Sul e do Norte

climáticas. Não é mudanças climáticas. É reação da natureza”, afirma Armindo Goes, liderança Yanomami.

Aos estudantes universitários da St. Johns, atentos às vozes da Amazônia e buscando por “The falling sky”<sup>1</sup> na internet, ele descreveu as experiências de destruição já vivida pelos Yanomami desde os anos 1970. “Nós todos estamos dentro da barriga da Terra. Por isso que ninguém vai fugir da barriga não, todos nós vamos morrer”, advertiu.

Os Munduruku pouco a pouco destilaram sua ecologia em meio a outros alertas do colapso ecológico universal e aos apelos que restam. Contaram que de um carço de Tucumã, o deus Karosakaybu fez o rio Tapajós, o *Idixidi*, um único e mesmo rio que atravessa os estados de Mato Grosso e Pará, e o entregou aos Munduruku para que dele cuidassem. Afinal, os Munduruku, como lembra cacique Juarez, “não têm uma relação de fora com o rio e com a floresta”, mas são ligados à água e aos lugares sagrados: “para nós, quando se fala num lugar sagrado, a gente já está falando com os espíritos que estão lá”.

Mas todo o esforço que os Munduruku fazem para ajudar o “tatu” a segurar o mundo será em vão se os brancos continuarem a avançar com seus “projetos de desenvolvimento”, conta Juarez Saw aos membros da CLC (Comunidade da Vida Cristã), na Universidade de Fordham. Dos muitos pedaços que formam longas histórias sobre o rio e a floresta, Juarez destaca aquele que fez o tatu paralisar com o mundo nas mãos: “O tatu é uma figura bastante perturbadora na história Munduruku e sempre leva surras de Karosakaybu, por causa de suas confusões. Uma das formas que Karosakaybu encontrou para controlar o tatu foi pedindo que levasse uma pequena pedra em sua cabeça que segurou com as duas mãos. Karosakaybu convidou o tatu para ir tomar banho no igarapé com a pedra na cabeça e, no caminho, a cada momento que se passava, a pedra crescia mais um pouco e se tornava cada vez mais pesada, até que ficou tão grande que o tatu não conseguia mais se mexer. O tatu reclamava que a pedra estava crescendo sem parar, mas Karosabaybu não se importou e mandou que ele continuasse segurando, até que, sem que o tatu percebesse, a pedra se tornou todo o planeta e até hoje ele a segura. Por isso, a cada projeto que é implantado na Amazônia, vai quebrando um dedo do tatu que está segurando o planeta. Então o mundo está desequilibrando”, completa Juarez Saw.

São bases filosóficas e conceituais que permeiam as histórias dos representantes dos povos originários, das Américas do Sul e do Norte, e que fundamentam

toda a sua luta para além da sobrevivência material.

Muitas das lideranças da América do Norte relataram as cicatrizes profundas deixadas pela colonização e lembraram que o processo de epistemicídio – de depreciação do pensamento, dos saberes e práticas indígenas – estende-se por mais de 500 anos, lado a lado com os ataques às religiões e espiritualidades indígenas.

Para Lyla June Johson, o processo de descolonização e a possibilidade de reverter o massacre físico e espiritual por que passaram os povos indígenas exige uma completa reescrita da história. A educadora indígena Diné denuncia:

“Quando você tenta destruir uma nação, você tenta justificar sua ação falando que os povos que está destruindo são selvagens. É intencional que os nativos americanos na nossa cabeça soem primitivos; até nós começamos a acreditar nisso. Não somos primitivos, produzimos sistemas incríveis para nos alimentar, arquitetura, sistemas políticos e sociais sofisticados, gestão e manejo de florestas. Devemos entender que a história está cheia de mentiras e, assim, entenderemos como ela é politicamente construída”.

Armindo Goes lembrou que as falas dos indígenas que chegaram do Brasil à ONU não tratam de “problemas, mas de guerras, conflitos frente a frente”. Para o Yanomami, os indígenas são “alvos” e todos vivem a iminência de uma morte já esquecida pelos jornais. Por isso, entende que, ao compartilharem entre si seus conhecimentos tradicionais, constituirão uma “força espiritual em forma de multidão invisível e impenetrável”.

A união dos resistentes ecoou, então, na fala do indígena polinésio, de face marcada em tatuagem que lembra as

curvas da maré: “O que fizemos em nossa ilha é que constituímos nossas próprias formas de aplicação da lei para ajudar nossos filhos, idosos, nossas pessoas. Estamos fazendo isso. Dezesseis países da Polinésia se uniram. A unificação é a chave”. Roberto Borrero completa: “nós continuaremos lutando. O que vimos em Standing Rock e outras vezes, quando nosso povo se juntou, é que há poder na unidade”.

Em diferentes espaços e momentos, a mensagem de aliança e unificação transpareceu nas vozes originárias como um horizonte possível e necessário.

“Vocês estejam aqui compartilhando a história dos povos de vocês também me dá esperança. Porque eu vejo que, como indígenas, nós todos estamos sofrendo as mesmas coisas. Isso me mostra quão fortes seremos quando nos unirmos”, afirmou Lyla June Johnson. “Se um dono de escravo tem 100 escravos, ele vai querer que todos estejam isolados. Porque sabe que no momento em que esses 100 escravos se juntarem e gritarem em uma só voz, a escravidão acaba. Obviamente isso vai dar trabalho. Mas eu estou honrada de começar a viver essa unidade hoje”. ♦

1 Título em inglês do livro “A queda do céu – palavras de um xamã yanomami”, de autoria de Davi Kopenawa Yanomami e Bruce Albert. Editora Cia das Letras, 2015

# O maior Acampamento Terra Livre da história

Indígenas se mobilizaram em número recorde e dão uma lição de democracia ao governo que trabalha para acabar com os direitos originários

Comunicação da Mobilização Nacional Indígena

**M**ais de quatro mil indígenas, de cerca de 200 povos de todas as regiões do país, estiveram presentes no 14º Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, numa grande demonstração de força do movimento indígena. A estimativa inicial era que cerca de 1,6 mil viessem à capital federal. Trata-se do maior ATL já realizado.

Ao longo da semana de mobilização, também por causa da pressão indígena, a Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou os relatórios de identificação de quatro Terras Indígenas do povo Guarani, uma em Paraty (RJ), e outras três no Vale do Ribeira, em São Paulo, além de uma do povo Pipipã, em Pernambuco.

O movimento indígena brasileiro consolidou a unidade de suas lutas, começou a articular uma aliança internacional, fortaleceu o protagonismo das mulheres e jovens indígenas, recebeu o apoio de outros movimentos sociais do país, divulgou como nunca suas reivindicações e a cultura indígena. E deixou um recado duro ao governo Temer: não serão aceitos ataques aos direitos dos povos originários.

Mesas e grupos de trabalho discutiram, entre outros temas, ao longo de quatro dias, a paralisação das demarcações indígenas; o enfraquecimento das instituições e políticas públicas indigenistas; as proposições anti-indígenas que tramitam no Congresso; a tese do marco temporal.

A cobertura do ATL, realizada pelos comunicadores indígenas e parceiros, alcançou 8,5 milhões de pessoas nas redes sociais ao longo de toda a semana somente na página oficial da mobilização. A imprensa nacional e internacional repercutiu as marchas de milhares de indígenas na Esplanada dos Ministérios e divulgou a imagem da faixa com a inscrição "Demarcação Já" nos mastros de bandeiras em frente ao Congresso. Hoje, o mundo conhece mais da luta dos povos indígenas no Brasil.

## Compromisso com a causa indígena

Lideranças indígenas brasileiras e estrangeiras, políticos, procuradores, representantes de organizações da sociedade e civil e movimentos sociais estiveram no ATL para apoiar as reivindicações dos povos indígenas e repudiar

a ação truculenta da polícia nos protestos promovidos ao longo da semana, em Brasília.

"Estamos juntos com vocês, lutando ao lado de vocês aonde vocês estiverem, contra as iniciativas do ministro da Justiça, que quer impedir a demarcação das terras. Reconhecer as terras tradicionais é realizar justiça, que é o único modo de conseguir paz", afirmou Luciano Maia, procurador da República e coordenador da 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF), voltada à defesa de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.

"O ATL é um exemplo de organização e dignidade", afirmou Guilherme Boulos, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). "Tem mais coragem debaixo de cada barraca de lona do que atrás dos prédios envidraçados aqui em Brasília. Os povos indígenas ensinaram todo povo brasileiro a resistir bravamente, com coragem e sabedoria".

Durante o ATL, representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e lideranças indígenas de povos do Panamá, Costa Rica, Guatemala, Equador, Bolívia e Indonésia reuniram-se para discutir a unificação de forças entre povos indígenas de várias regiões do mundo.

"Muitas das coisas que a gente vê em outros países são semelhantes à nossa realidade. Muda o povo, muda a língua, muda a legislação de cada país, mas o propósito da luta é o mesmo", disse Kléber Karipuna, da coordenação da Apib.

Entre os diversos pontos de luta comuns, destacaram-se o direito à terra, a liberdade de autodeterminação, a criminalização de lideranças e o acesso a fundos de financiamento para as organizações indígenas.

"Se vocês sentem que isso nos conecta e que isso está errado, vocês são mais do que bem-vindos para se juntar a nós", afirmou Mina Setra, da Indonésia.

Foi lançado também um videoclipe com a participação de um time de mais de 25 artistas renomados que exigem, como diz o título da música gravada, "Demarcação Já". Estão no grupo Maria Bethania, Gilberto Gil, Ney Matogrosso, Chico César, Carlos Rennó, Lenine, Nando Reis, Zeca Baleiro, Letícia Sabatella, Elza Soares, Zeca Pagodinho, entre outros.



A grande marcha do 14º Acampamento Terra Livre, brutalmente



A imprensa nacional e internacional repercutiu as marchas de milhares de indígenas na Esplanada dos Ministérios e divulgou a imagem da faixa com a inscrição "Demarcação Já" nos mastros de bandeiras em frente ao Congresso. Hoje, o mundo conhece mais da luta dos povos indígenas no Brasil.



Marcelo Camargo/Ag. Brasil



Midia Ninja/MNI







reprimida pela polícia, reuniu 4 mil indígenas

## Repressão a marcha pacífica

O ATL também deu uma aula de democracia ao governo Temer. Na primeira marcha da semana, os indígenas foram recebidos com gás lacrimogêneo e balas de borracha na frente do Congresso.

Depois de realizar uma espécie de grande marcha fúnebre, eles acabaram sendo reprimidos ao tentar depositar quase 200 caixões no espelho de água do Congresso. Os policiais utilizaram gás lacrimogênio e spray de pimenta contra os manifestantes. Havia mulheres, crianças e idosos no ato.

Os caixões representavam líderes indígenas assassinados por causa dos conflitos de terra em todo país – 54 indígenas foram assassinados em todo o país por causa de conflitos de Terra, só em 2015, segundo dados do Cimi.

“São nossos parentes assassinados pelas políticas retrógradas de parlamentares que não respeitam a Constituição Federal”, explica Sônia Guajajara, da coordenação da Apib. “Estamos aqui para dizer ao Estado brasileiro que não vamos permitir o desmonte de nossos direitos. Estamos aqui para dizer que existimos”.

José Uirakitã, do povo Tingui Botó (AL), testemunhou a repressão, que se seguiu por mais de 1h,

coletou artefatos utilizados pela polícia: “Eles estavam atirando como se fossemos criminosos”, revela.

No dia seguinte, os indígenas foram impedidos de entrar no Senado para assistir a uma audiência pública previamente marcada, e foram intimidados pela polícia no caminho de ida e de volta ao acampamento.

O grupo de cerca de 80 indígenas estava a caminho de uma Audiência Pública prevista para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para a qual eram convidados. As lideranças indígenas contaram que o grupo foi abordado de forma truculenta e provocado pelos policiais. Ao chegar no Senado, foi barrado por um grande contingente de policiais militares, incluindo cavalaria. O grupo de manifestantes seguiu seu caminho de forma pacífica e em nenhum momento aceitou as provocações.

Apesar disso, no outro dia, realizaram mais uma marcha pacífica no centro de Brasília para mostrar sua indignação contra os retrocessos e ameaças aos seus direitos. Enquanto alguns indígenas protocolavam o documento final do ATL nos ministérios, as delegações cantavam e dançavam no gramado da Esplanada.

Por todos esses motivos, o 14º ATL foi um marco na luta em defesa dos direitos indígenas. E a luta continua.



Mídia Ninja/MNI



Mídia Ninja/MNI

# Declaração do 14º Acampamento Terra Livre

Nós, povos e organizações indígenas do Brasil, mais de quatro mil lideranças de todas as regiões do país, reunidos por ocasião do XIV Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília/DF de 24 a 28 de abril de 2017, diante dos ataques e medidas adotadas pelo Estado brasileiro voltados a suprimir nossos direitos garantidos pela Constituição Federal e pelos Tratados internacionais ratificados pelo Brasil, vimos junto à opinião pública nacional e internacional nos manifestar.

Denunciamos a mais grave e iminente ofensiva aos direitos dos povos indígenas desde a Constituição Federal de 1988, orquestrada pelos três Poderes da República em conluio com as oligarquias econômicas nacionais e internacionais, com o objetivo de usurpar e explorar nossos territórios tradicionais e destruir os bens naturais, essenciais para a preservação da vida e o bem estar da humanidade, bem como devastar o patrimônio sociocultural que milenarmente preservamos.

Desde que tomou o poder, o governo Michel Temer tem adotado graves medidas para dismantlar todas as políticas públicas voltadas a atender de forma diferenciada nossos povos, como o subsistema de saúde indígena, a educação escolar indígena e a identificação, demarcação, gestão e proteção das terras indígenas. Além disso, tem promovido o sucateamento dos já fragilizados órgãos públicos, com inaceitáveis cortes orçamentários e de recursos humanos na Fundação Nacional do Índio (Funai) e com nomeações de notórios inimigos dos povos indígenas para cargos de confiança, além de promover o retorno da política assimilacionista e tutelar adotada durante a ditadura militar, responsável pelo etnocídio e genocídio dos nossos povos, em direta afronta à nossa autonomia e dignidade, garantidos expressamente pela Lei Maior.

No Legislativo, são cada vez mais frontais os ataques aos direitos fundamentais dos povos indígenas, orquestrados por um Congresso Nacional dominado por interesses privados imediatistas e contrários ao interesse público, como o agronegócio, a mineração, as empreiteiras, setores industriais e outros oligopólios nacionais e internacionais. Repudiamos com veemência as propostas de emenda constitucional, projetos de lei e demais proposições legislativas violadoras dos nossos direitos originários e dos direitos das demais populações tradicionais e do campo, que tramitam sem qualquer consulta ou debate junto às nossas instâncias representativas, tais como a PEC 215/2000, a PEC 187/2016, o PL 1610/1996, o PL 3729/2004 e outras iniciativas declaradamente anti-indígenas.

Igualmente nos opomos de forma enfática a decisões adotadas pelo Poder Judiciário para anular terras indígenas já consolidadas e demarcadas definitivamente, privilegiando interesses ilegítimos de invasores e promovendo violentas reintegrações de posse, tudo sem qualquer respeito aos mais básicos direitos do acesso à justiça. A adoção de teses jurídicas nefastas, como a do marco temporal, serve para aniquilar nosso direito originário às terras tradicionais e validar o grave histórico de perseguição e matança contra nossos povos e a invasão dos nossos territórios, constituindo inaceitável injustiça, a ser denunciada nacional e internacionalmente visando à reparação de todas as violências sofridas até os dias de hoje.

Soma-se a essa grave onda de ataques aos nossos direitos o aumento exponencial do racismo institucional e a criminalização promovidos em todo o País contra nossas lideranças, organizações, comunidades e entidades parceiras.

Diante desse drástico cenário, reafirmamos que não admitiremos as violências, retrocessos e ameaças perpetrados pelo Estado brasileiro e pelas oligarquias econômicas contra nossas vidas e nossos direitos, assim como conclamamos toda a sociedade brasileira e a comunidade internacional a se unir à luta dos povos originários pela defesa dos territórios tradicionais e da mãe natureza, pelo bem estar de todas as formas de vida.

**Unificar as lutas em defesa do Brasil Indígena  
Pela garantia dos direitos originários dos nossos povos**

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB  
MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA

# Estado brasileiro justificou no ATL ida aos tribunais internacionais como réu

Egon Heck, do Secretariado Nacional

“Vamos fazer a guerra com a nossa sabedoria”, expressou uma das lideranças indígenas presentes no 14º Acampamento Terra Livre (ATL), realizado em Brasília entre os dias 24 e 28 de abril. Contra a crueldade de mais de cinco séculos de invasão, extermínio e genocídio, só a sabedoria, forjada na resistência e guerra permanente, possibilitou a sobrevivência dos 305 povos indígenas nos escombros de Pindorama.

Durante o ATL, o Estado brasileiro proporcionou mais um desses atos que envergonham o nosso país, levando-o aos tribunais internacionais no banco dos réus. Agiu contra os mais de três mil indígenas que foram manifestar diante do Congresso suas indignações e temores. Foram, de maneira especial dizer às autoridades, ao Brasil e ao mundo que não mais suportam tamanhas agressões, crueldades e violências. Foram exigir respeito e o fim das atitudes de colonialismo e repressão contra os povos primeiros dessa terra.

No seminário sobre os Direitos Originários dos povos indígenas, realizado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, o Procurador da República Luciano Maia, demonstrou como o Estado brasileiro tem sido o maior violador dos direitos indígenas. Aí reside o maior desafio para os povos indígenas e seus aliados.

## O Brasil plural se insurge – nada a temer

Enfrentamos uma das piores conjunturas para os povos indígenas, às populações tradicionais, os movimentos sociais e o meio ambiente. Vivemos um dos piores momentos das últimas décadas, particularmente após o processo constituinte de 1988. Uma série de mortíferos Projetos de Lei e Propostas de Emenda Constitucional (PECs), portarias e decretos estão no gatilho, espreitando o exato momento de disparar a partir dos entapetados e esterilizados ambientes do poder, da corrupção e da opressão. O Estado brasileiro, que nunca admitiu e respeitou a pluralidade de povos e nações, vozes e rituais, organizações sociais e formas de Bem Viver, mostra seus dentes carcomidos pelos séculos de colonialidade e crueldade contra os povos originários.



Repressão policial foi brutal e injustificada contra os indígenas em Brasília



“O Estado brasileiro, que nunca admitiu e respeitou a pluralidade de povos e nações, vozes e rituais, organizações sociais e formas de Bem Viver, mostra seus dentes carcomidos pelos séculos de colonialidade e crueldade contra os povos originários”



“As vozes e rituais plurais conclamam todos os povos para consolidar a união. Unidade na diversidade, com os encantados, deuses e guerreiros, todos presentes no apoio à luta pela vida, pelos direitos, pelos territórios e pela justiça”

## Demarcação Já – nenhum direito a menos

Uma das exigências expressas com unanimidade pelo movimento e comunidades e povos indígenas é o imediato reconhecimento e demarcação das terras e territórios indígenas. Esse processo de paralisação das demarcações já iniciou no governo anterior, e não apenas permanece, como recrudescer em função das prioridades de um projeto desenvolvimentista absolutamente anti-indígena. Trata-se de uma cabal afronta à Constituição e legislação internacional, do qual o Brasil é signatário.

Conforme levantamentos realizados pelo Cimi, ainda existem mais de 352 terras indígenas sem nenhuma providência, 175 a identificar e 398 registradas, de um total de 1.116 terras indígenas. Estamos, portanto, diante de um gravíssimo quadro, pairando sobre esse direito sagrado e primordial ameaçadoras nuvens de incertezas e retrocessos.

## Momentos fortes da luta

Os duros e longos caminhos da autodeterminação e autonomia dos povos indígenas no Brasil e no continente vão sendo trilhados e forjados, com sabedoria e resistência milenar. Como disse o antropólogo Bartolomeu Meliã: “Os caminhos dos povos indígenas serão os nossos caminhos de futuro”.

É preciso mudar nossas mentes e nossos espíritos eivado de colonialidade para darmos espaço para os projetos de autodeterminação e Bem Viver dos povos indígenas. Será preciso ousadia e esperança, persistência e coragem revolucionária, sonhos e utopia. Um novo projeto de humanidade é possível, necessário e urgente. Que saibamos, com os povos indígenas, galgar essa montanha de obstáculos, repressão e negação de direitos.

Que esse Acampamento Terra Livre faça avançar a união na luta dos povos indígenas e a aliança sempre maior entre todos os que lutam pelas mudanças e transformações profundas em nosso país e na Ameríndia.

Enquanto isso, as vozes e rituais plurais conclamam todos os povos para consolidar a união. Unidade na diversidade, com os encantados, deuses e guerreiros, todos presentes no apoio à luta pela vida, pelos direitos, pelos territórios e pela justiça.

Muitos olhos arderam, muita respiração ficou dificultada com mais um espetáculo de bombas e sprays covardemente lançados pelo poder opressor contra as raízes profundas do Brasil plural. ♦

# Luta dos povos indígenas contra o marco temporal se fortalece no Acampamento Terra Livre

Seminário do MPF e visita a ministros do Supremo Tribunal Federal, durante o 14º Acampamento Terra Livre, marcaram a posição dos povos indígenas contra restrição de seus direitos constitucionais

Comunicação da Mobilização Nacional Indígena

A luta contra a tese do “marco temporal” também teve espaço central nas articulações e movimentações dos milhares de indígenas presentes no 14º Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília. A posição de indígenas, organizações da sociedade civil e instituições como o Ministério Público Federal (MPF) é clara: o marco temporal restringe os direitos dos povos indígenas a suas terras e é inconstitucional.

O tema foi tratado em diferentes momentos da maior mobilização nacional indígena dos últimos anos. No segundo dia de ATL, o seminário “Povos indígenas e os direitos originários”, proposto pelo MPF com apoio dada Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), do Instituto Socioambiental (ISA) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizou uma discussão sobre os riscos e violações trazidos por esta tese jurídica, uma das principais ameaças aos direitos constitucionais indígenas hoje.

O chamado “marco temporal” propõe uma interpretação restritiva dos direitos indígenas, ao definir que só poderiam ser consideradas terras tradicionais aquelas que estivessem sob posse dos indígenas na data de 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

Bandeira de grupos anti-indígenas, como a bancada ruralista, o marco temporal vem sendo utilizado como instrumento para anular a demarcação de Terras Indígenas no Poder Judiciário, especialmente a partir de decisões da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Diversos juristas e o próprio MPF vêm se manifestando seguidamente pela inconstitucionalidade do marco temporal.

Em 2014, a tese foi utilizada pela Segunda Turma do STF para anular a demarcação das Terras Indígenas (Tis) Guyraroka, do povo Guarani e Kaiowá, e Limão Verde, do povo Terena, ambas no Mato Grosso do Sul.

“Em nenhum desses processos houve a presença das comunidades indígenas. Claramente se diz que eles não têm possibilidade de agir por si sós, estão representados pela Funai, o que mostra o quanto há de desconhecimento ou de intencionalidade da recusa dos direitos que vêm com a Constituição de 1988”, criticou a procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat.

O “marco temporal” também foi incorporado ao relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, aprovado na Comissão Especial da Câmara, outra das principais ameaças aos direitos indígenas no Poder Legislativo. O relator da proposta foi o então deputado e agora ministro da Justiça, o ruralista Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Um dos principais problemas da tese é que ela descon sidera todas as expulsões e violações sofridas pelos povos indígenas antes e durante a Ditadura Militar e ignora o fato de que, até então, os indígenas não tinham sequer sua autonomia reconhecida pelo Estado brasileiro, pois viviam sob o regime da tutela. As terras que não estavam sob posse dos indígenas em 5 de outubro de 1988 somente poderiam ser demarcadas, caso aplicado o marco temporal, se estivessem sob disputa física ou judicial naquela data – ainda que, tutelados, os indígenas não tivessem autonomia para exigir seus direitos perante à Justiça.



Indígenas reforçaram posição contra marco temporal à ministra Rosa Weber

O risco representado pelo marco temporal é agravado pelo fato de que, até a década de 1980, muitas comunidades tinham sua identidade negada pelo Estado brasileiro, de modo que não haveria como comprovar sua posse nas áreas em questão.

“ Nós estamos defendendo direitos que foram consagrados com o custo de vidas. Nossos direitos originários são imprescritíveis, por isso o marco temporal é inconstitucional”

Joênia Wapichana,  
advogada indígena

“O direito dos indígenas às suas terras não pode se perder se o Estado não teve aptidão ou não soube defender esse direito indígena por todos os seus meios e modos”, criticou Deborah Duprat. “O marco de 1988 é algo que não existe no texto constitucional e não se pode inferir do texto sequer por interpretação, porque nós estamos diante de uma constituição que amplia direitos e não podemos retroceder”, concluiu.

“Precisamos dizer que é absolutamente incoerente, absolutamente incompatível com a ideia de reconhecer como originários os direitos dizer que eles desapareceram em 5 de outubro de 1988, onde não estivessem os índios sobre suas terras”, afirmou o subprocurador-geral da República e coordenador da Sexta Câmara do MPF, Luciano Maia.



Seminário sobre direitos dos povos indígenas no auditório da PGR

“ O direito dos indígenas às suas terras não pode se perder se o Estado não teve aptidão ou não soube defender esse direito. O marco de 1988 é algo que não existe no texto constitucional e não se pode inferir do texto sequer por interpretação”

Deborah Duprat,  
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

## Posição reforçada no STF

Durante a mobilização, uma comitiva de cerca de 30 indígenas participou de audiências com ministros e assessores do Supremo Tribunal Federal (STF). Lideranças e advogados indígenas entregaram documentos e firmaram sua posição contra o marco temporal ao ministro Dias Toffoli, à ministra Rosa Weber e aos assessores dos ministros Marco Aurélio de Mello e Luís Roberto Barroso.

O documento jurídico, assinado pelos advogados indígenas e entregue em nome da Apib a ministros e assessores, manifestou a posição dos povos indígenas do Brasil pela demarcação de suas terras.

“Nós estamos defendendo direitos que foram consagrados com o custo de vidas. Nossos direitos originários são imprescritíveis, por isso o marco temporal é inconstitucional”, afirma Joênia de Carvalho. A advogada Wapichana foi a primeira indígena a fazer uma sustentação oral no STF, no ano de 2009, durante o julgamento a respeito da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Sua presença no STF, junto às lideranças e demais advogados indígenas, foi também simbólica: a tese do “marco temporal” foi pela primeira vez aplicada no julgamento que admitiu a demarcação contínua de Raposa Serra do Sol.

“O Supremo acertou quando disse que o modelo de demarcação de terras indígenas no Brasil é o modelo de área contínua, ao reconhecer a demarcação conforme os critérios constitucionais. Por outro lado, a gente vem aqui protestar junto com todas as lideranças indígenas do Brasil contra algumas das condicionantes [do julgamento de Raposa Serra do Sol], e contra a má interpretação do marco temporal”, afirma Joênia.

Foi contra as indicações do próprio acórdão da decisão de Raposa, que dizia que a aplicação do marco temporal não deveria se estender a outras terras indígenas, que ministros da Segunda Turma do STF anularam duas demarcações de terras indígenas em 2014.

“A tese é totalmente inconstitucional, a Constituição reconheceu o direito indígena como direito originário e anterior a qualquer outro. Ela não está consolidada, é o posicionamento de alguns ministros. No entanto, magistrados de primeira e segunda instância estão aplicando o marco temporal, determinando o despejo de comunidades inteiras e anulando processos de demarcação já consolidados”, afirma Luiz Henrique Eloy.

“Estamos vivendo numa situação muito difícil lá no Mato Grosso do Sul por causa da não demarcação das nossas terras. Nós vivemos de violência, de massacre, sendo expulsos de nossas terras por causa deste marco temporal, que não está valendo como lei mas que na prática está funcionando”, afirmou à ministra Rosa Weber o Guarani Kaiowá Elizeu Lopes. ♦

# Assassino do pequeno Vitor Kaingang é condenado a 19 anos de prisão em regime fechado

Roberto Liebgott, Cimi Regional Sul, de Ibituba (SC), e Renato Santana, da Assessoria de Comunicação

**M**atheus Ávila Silveira foi condenado a 19 anos de prisão, em regime fechado, pelo assassinato do pequeno Vitor Kaingang, de apenas dois anos, em 30 de dezembro de 2015, na rodoviária do município de Ibituba (SC). A criança amamentava no colo da mãe, que vendia artesanatos ao lado do marido, quando Silveira se aproximou e degolou Vitor com um estilete. O Júri acatou integralmente as teses do Ministério Público (MP).

O promotor de Justiça Cláudio José Souza Alberton defendeu que o homicídio qualificado ocorreu por motivo torpe, com impossibilidade de defesa, crime contra menor de 14 anos e pelo fato da vítima ser indígena aumento de 1/3 da pena, conforme o Estatuto do Índio. O Júri ocorreu no dia 14 de março, na Câmara de Vereadores de Ibituba e foi acompanhado pelos pais de Vitor, Sônia Silva e Arcelino Pinto (na foto acima).

Sônia e Arcelino choraram durante vários momentos do julgamento, que teve a sentença lida pela juíza Taynara Goessel perto das 19 horas. Sônia carregava a camisa do pequeno Vitor, informando aos presentes que se tratava de um símbolo da resistência indígena.



Pais de Vitor, Sônia Silva e Arcelino Pinto, acompanham julgamento em Ibituba

“Era isso que o povo Kaingang esperava”, declarou Sônia ao término do julgamento para o jornal Diário Catarinense.

Desde o crime, Silveira estava preso em um hospital psiquiátrico de Florianópolis. A defesa do assassino justificou, durante a parte da manhã, que o então acusado possui doença mental - era perturbado por vezes que diziam que ele deveria matar alguém. Por orientação da defesa, que pleiteou ainda tratamento psiquiátrico e redução de pena para o criminoso, Silveira pediu perdão aos pais de Vitor.

Um laudo foi apresentado pela defesa onde o assassino é considerado semi-imputável por conta do vício em drogas consideradas pesadas - não por conta de distúrbios mentais. Com o plenário lotado - o caso teve repercussão internacional - a juíza, ao ler a sentença, determinou ainda que Silveira cumpra a pena em presídio comum. A defesa afirmou à imprensa que irá recorrer.

Na ocasião do assassinato, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - Regional Sul divulgou uma nota defendendo se tratar de “um crime brutal, ato covarde, praticado contra uma criança indefesa, que denota a desumanidade e o ódio contra outro ser humano”. Para sobreviver, indígenas costumam vender artesanatos nas cidades do entorno das aldeias. Ato de violência e racismo contra eles não são incomuns.

A família de Vitor é da Aldeia Kondá, localizada em Chapecó, oeste de Santa Catarina. Em janeiro de 2016, um protesto com cerca de 500 indígenas tomou as ruas de Ibituba. “Esperamos que haja justiça, que exista respeito e menos discriminação contra o nosso povo”, afirmou Idalino Kaingang, presente no ato, liderança da aldeia Toldo Chimbanguê, também em Chapecó.

Justiça, para este caso, ocorreu. Resta saber se o brutal assassinato servirá para que a sociedade rompa com o racismo e a discriminação contra os povos indígenas. ♦



Manifestação indígena depois do assassinato de Vitor

## Declaração Final do Encontro da Pastoral Indigenista do Cone Sul: “Nosso compromisso com os Povos Indígenas se renova”

Assessoria de comunicação

**E**ntre os dias 13 e 17 de março ocorreu, em Santiago do Chile, o Encontro da Pastoral Indigenista do Cone Sul. Representantes de pastorais indígenas do Brasil, Argentina, Paraguai e Chile participaram do encontro promovido pelo Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM). Pelo Brasil, participaram do encontro o arcebispo de Porto Velho e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Roque Paloschi, e o secretário executivo da entidade, Cleber Buzatto.

“Nosso compromisso com os Povos Indígenas se renova. Queremos permanecer próximos e acompanhar suas buscas, suas lutas e suas realizações. Ainda falta muito, mas estamos convencidos de que este tempo pode ser muito proveitoso para que todos os povos possamos alcançar, através do diálogo intercultural e inter-religioso, a plenitude da vida e paz”, afirma a declaração final do encontro.

É o segundo encontro de pastorais indígenas realizado pela Celam. O primeiro ocorreu em outubro de 2016, com representantes do Panamá, América Central e México, e o terceiro ocorrerá em Lima, no Peru, reunindo pastorais de Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

“Há muitos desafios que nos esperam e que teremos de enfrentar juntos”, afirma a declaração do encontro do Cone Sul, citando a luta pelo reconheci-

mento dos territórios tradicionais dos povos indígenas, o encontro e o diálogo entre culturas, o intercâmbio a partir da mística e da espiritualidade de cada povo e, “sobretudo, o dom da esperança, tão presente nas culturas originais e âncora segura da cosmovisão cristã”.

A declaração também recupera a recente manifestação do Papa Francisco, que afirmou, dirigindo-se aos povos indígenas: “De vocês, temos muito a aprender”.

“O caminho compartilhado nos oferece diferentes contribuições que nos enriquecem, nos desafiam e nos ajudam a recuperar valores não conhecidos ou que perdemos”, prossegue o documento. “É evidente que o modelo extrativista, dominante e devastador que a sociedade ocidental tem promovido, através de grandes corporações econômicas, levou-nos a um estado de mal estar. O mundo está doente. Estamos doentes e, infelizmente, somos nós a principal causa desta situação”.

A declaração também registra as recorrentes ameaças e violações que os povos indígenas ainda sofrem em todo o continente e a contínua falta de respeito por seus territórios, sua autodeterminação, seus direitos e sua cultura.

“Nos sentimos solidários e partícipes de seus sofrimentos e suas lutas. Nos doem o esquecimento a que são submetidos e a violência que têm sido e continuam a ser objetos, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de seus territórios”. ♦

# Povo Xukuru-Kariri sofre novo ato de violência e jovem indígena acaba morto; é o segundo episódio em cinco meses

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

O jovem Xukuru-Kariri Damião Lima da Silva, de 28 anos, mais conhecido como Dão, foi assassinado no dia 8 de março, em uma área sobreposta à terra indígena ocupada por posseiros, no município de Palmeira dos Índios (AL). Os autores do crime, executado com requintes de crueldade, ainda não foram identificados.

De acordo com lideranças ouvidas, Dão trabalhava em uma lavoura do Sítio Bernadete quando foi morto - a área faz parte da Aldeia Coité. Ao anoitecer, a família do indígena estranhou a demora e ao chegar no local avistou o corpo com perfurações de bala e golpes de facão. O crime surpreendeu as cerca de 600 famílias Xukuru-Kariri.

“Não tínhamos notícias de que Dão tivesse algum tipo de problema pessoal que levasse alguém a querer matá-lo. Também a região em que ele morreu, mesmo com posseiros presentes ali, estava pacificada. Mas de qualquer forma Dão era uma liderança atuante no povo Xukuru-Kariri”, explica um indígena ouvido.

O corpo de Dão foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) de Arapiraca, que confirmou as características peculiares atribuídas aos assassinos. A família registrou Boletim de Ocorrência. A equipe local da Fundação Nacional do Índio (Funai) acompanha o caso. Neste mês os Xukuru-Kariri estão no ritual do Ouricuri.

## Violência e demarcação

Há cinco meses, João Natalício dos Santos Xukuru-Kariri, histórica liderança dos povos indígenas do Nordeste, também era assassinado a facadas na Aldeia Fazenda Canto. Não é possível fazer conexão entre os crimes, mas a violência na terra indígena envolve fatores como a demarcação paralisada e os vícios inerentes ao entorno.

“A região tem um histórico de violência por conta da luta pela terra. Seu João era uma liderança antiga do povo”, afirmou



Povo Xukuru-Kariri em ritual

à época uma liderança Xukuru-Kariri. Ele explicou que a aldeia Fazenda Canto é composta pelos 72 hectares demarcados em 1952 e por uma retomada - parte da demarcação em curso pela Funai, todavia paralisada.

No território Xukuru-Kariri existem, além de posseiros, fazendeiros com influência política reverberada em Brasília nas figuras dos senadores Fernando Collor e Renan Calheiros - e eles pessoalmente pediram ao ministro a paralisação dos trabalhos da Funai. Tal intervenção trouxe novamente insegurança aos indígenas.

Em março de 2015, o juiz federal titular da 8ª Vara Federal em Arapiraca, Antônio José de Carvalho Araújo, determinou um prazo de seis meses para a União Federal e a Funai conceder a posse definitiva da Terra Indígena, com 6.927 hectares, inclusive com a desintrusão dos atuais posseiros da área. A decisão ainda não foi cumprida. ♦

# Acordo judicial suspende atividades da Potássio do Brasil em Autazes (AM)

J. Roshia, assessoria de comunicação do Cimi Norte I

A empresa Potássio do Brasil LTDA teve o licenciamento ambiental para exploração de silvinita no município de Autazes (AM) – localizado a 113 quilômetros da capital – suspensa por força de acordo na 1ª Vara da Justiça Federal. O acordo aconteceu na audiência realizada no dia 17 de março, sob a presidência da juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, que determinou o prazo de seis meses “para que haja deflagração do procedimento de consulta ao povo indígena Mura (e suas aproximadas 32 aldeias) e comunidades tradicionais ribeirinhas conforme Convenção 169 da OIT”. Além disso, a empresa foi proibida de realizar qualquer ato que implique influência ou cooptação das lideranças indígenas, sob multa de R\$ 50 mil por episódio de descumprimento.

A audiência aconteceu como consequência de uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal, tendo em vista que pelo menos 32 comunidades indígenas de Autazes sofrerão impactos ambientais e sociais direta e indiretamente e, ainda, pela não realização de consulta prévia, livre e informada, segundo determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em julho de 2015, o Governo do Estado do Amazonas, por meio do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam), aprovou o Relatório de Impacto Ambiental, abrindo caminho para a exploração. Antes disso, foram realizadas duas

audiências públicas, sendo uma na cidade de Autazes e outra na comunidade de Urucurituba, onde os poucos indígenas que ali compareceram sequer foram ouvidos e esclarecidos sobre as implicações da implantação do projeto de exploração.

Lideranças de várias aldeias denunciaram ao MPF que algumas lideranças teriam sido induzidas e cooptadas para convencer as comunidades a aceitar a presença da empresa em troca de alguns benefícios. Márcia Lira Silveira relatou ao MPF que em 2013, na localidade chamada Ilha do Amor, nas proximidades da aldeia Jawari, a Potássio do Brasil teria perfurado um poço onde ficava um cemitério. Ela disse que após a perfuração era possível ver os restos mortais das pessoas que ali haviam sido enterradas. A comunidade Jawari será diretamente afetada pela exploração mineral.

O tuxaua Ilair Pereira dos Santos, da aldeia São Felix, disse ainda que foi criado um comitê do qual fazem parte três lideranças Mura que não foram apontados nem eleitos pelas suas aldeias para representar os indígenas no referido comitê.

A empresa Potássio do Brasil, que desde 2007 atua na região, desconsiderando os povos indígenas ao longo deste processo, pretende investir mais de US\$ 2,5 bilhões na construção de um Complexo Industrial para a extração e tratamento do potássio, com a finalidade de produzir fertilizantes.

No dia 20 de julho, será realizada reunião na 1ª Vara da Justiça Federal para avaliação do andamento do processo de consulta às comunidades. ♦

## Pauta Indígena

01/03

• CNBB lança Campanha da Fraternidade 2017: “Cultivar e guardar a criação”

02/03

• Ex-cacique e indicado à Funai por ruralistas são condenados a devolver valores de arrendamento ilegal

03/03

• Simpósio de Missiologia destaca herança de dom Helder Câmara

07/03

• Novo ministro da Justiça indicou à Funai condenado por arrendamento e é contra o Executivo demarcar TIs

07/03

• Nota da Apib de Repúdio contra o ministro da Justiça anti-indígena Osmar Serraglio

09/03

• Madeireiros invadem floresta no Maranhão e intimidam indígenas Gavião

09/03

• Em busca de comida, mais de 100 índios venezuelanos Warao migram para Manaus

10/03

• Reintegração de posse é adiada, mas ainda pode desalojar centenas de indígenas Pataxó na Bahia

13/04

• Guarani Kaiowá é detido por carregar a própria geladeira no Mato Grosso do Sul

13/03

• Jovem Guarani Nhandeva é assassinado no norte do Paraná

14/03

• Ruralista pede prorrogação da CPI Funai/ Incra e interfere em demarcação de quilombo

14/03

• Suspensa a reintegração de posse de imóveis rurais ocupados por indígenas em Dourados (MS)

14/03

• Indígena é atropelada no MS e motorista foge sem prestar socorro

16/03

• Repam leva casos de violações dos direitos humanos da Pan-Amazônia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos

16/03

• Povos indígenas, ribeirinhos e movimentos sociais fecham rodovia de RO contra construção de UHE

16/03

• Indígenas trancam rodovia e ocupam Pólo Base de Saúde no MS pela saída de ruralista do DSEI

20/03

• Estado brasileiro é julgado em Corte internacional por violações dos direitos humanos do povo Xukuru

24/03

• MPF e DPU ajuízam ação para garantir cestas básicas a famílias indígenas de MS

25/03

• Kaingang denunciam comentários racistas no Ministério Público Federal

27/03

• STF mantém bloqueio de bens de desembargador por invasão à Terra Indígena Marãiwatsédé

29/03

• Guarani e Kaiowá manifestam-se em Dourados e exigem do presidente da Funai a demarcação de suas terras

31/03

• Grupo Kaingang preso no norte do RS é solto por ordem do STJ; Cimi denuncia arrendamentos

31/03

• Nota de falecimento de Isamani Kulina

# Reforma da Previdência viola direitos indígenas e é inconstitucional

Uma das principais agendas do governo Temer, a Reforma da Previdência é parte indispensável do pacto que selou o impeachment sem crime de responsabilidade de Dilma Rousseff. Expressa na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, a proposição tramita na Câmara dos Deputados e apresenta uma série de dispositivos que visam a flexibilizar os direitos previdenciários da população brasileira, estabelecendo novos e mais rígidos critérios para a aposentadoria.

No que toca aos povos indígenas, a Reforma proposta por Temer retira garantias e conflita diretamente com seus direitos constitucionais, avalia a Assessoria Jurídica do Cimi em parecer sobre a PEC 287.

Atualmente, os indígenas são incluídos como segurados especiais da aposentadoria rural. Caso a nova proposta seja aprovada, esta categoria será extinta e todas as pessoas deverão contribuir com uma alíquota mensal individual 5% sobre o salário mínimo. Tal contribuição, evidencia a análise jurídica, desconsidera o regime constitucional multicultural e pluriétnico reconhecido aos povos indígenas pela Constituição Federal. Confirma o parecer.



Anciã Urubu Kaapor, no Maranhão. Com PEC 287, acesso a aposentadoria seria inviabilizado para grande parte dos povos indígenas

## Parecer: os direitos indígenas e a Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016 que trata da seguridade social

Por Adelar Cupsinski e Rafael Modesto dos Santos, da Assessoria Jurídica - Cimi

### Introdução - os direitos sociais e previdenciários dos indígenas

Na condição de cidadãos plenos, os indígenas dispõem do direito aos benefícios sociais e previdenciários do Estado Brasileiro e são considerados Segurados Especiais, pois também exercem atividades rural ou extrativista. Para comprovar a qualidade de segurado especial, os indígenas precisam apresentar uma certidão fornecida pela Fundação Nacional do Índio. Evidentemente que as atividades indígenas são mais amplas e de grande relevância para o país e a sociedade brasileira. Mesmo assim, a síntese acolhida pelo direito até o momento tem sua importância.

Embora não haja regulação específica, o direito à aposentadoria dos indígenas é igual ao dos trabalhadores rurais. Já existe determinação judicial para regular e resguardar a especificidade das questões atinentes ao direito previdenciário indígena.

No ano de 2008, o Ministério Público Federal – MPF, ingressou com a Ação Civil Pública 2008.71.00.024546-2 – RS em face do INSS e da Funai para que fosse assegurado o benefício previdenciário também aos indígenas não aldeados e residentes na zona urbana. Deste modo, o Poder Judiciário determinou, em âmbito nacional, que a Funai passe a emitir para os indígenas, inclusive os não aldeados e residentes na zona urbana, certidão dando conta das atividades desempenhadas quanto ao artesanato proveniente de extrativismo vegetal, bem como sobre como se dá essa extração (se em regime familiar e se o indígena depende disso para sua subsistência).

Atualmente, nos termos da Lei 8.213/91, tem direito à aposentadoria rural por idade o trabalhador rural que

completar 60 anos se homem e 55 anos se mulher, no valor de um salário mínimo, estando incluídos aí, portanto, os indígenas. Além da aposentadoria por idade, os indígenas dispõem do direito ao salário maternidade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte entre outros benefícios sociais.

### As mudanças propostas pela PEC 287/2016 quanto aos segurados especiais

Dentre as mudanças que devem afetar o trabalhador rural ou segurado especial rural, estão: 1 – elevação da idade mínima de 60 (homens) e de 55 (mulheres) para 65 anos, sem distinção; 2 – contribuição não mais presumida sobre a comercialização, mas sim sobre uma alíquota mensal de 5% sobre o salário mínimo, através de recolhimento individual.

A PEC também apresenta uma modificação com relação às pensões por morte, que pretende, segundo a proposta do governo federal, abolir sua cumulação com a aposentadoria por idade.

Diante dessa nova proposta de Emenda Constitucional os indígenas não conseguiriam se aposentar e entrariam numa condição ainda pior da que vivem hoje

Veja-se parte da fundamentação da proposta que visa a reforma previdenciária:

*Das regras previdenciárias do trabalhador rural.*

*43. No que concerne à aposentadoria rural, cumpre mencionar que a regra atual prevê as idades mínimas de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, uma redução de 5 anos de idade em relação à aposentadoria do trabalhador urbano. Tal discriminação se justificava, à época, pelas adversas condições de vida e trabalho desse grupo, que exerce atividade tipicamente braçal, exposto às intempéries e, no passado, com grande dificuldade de acesso a serviços públicos básicos.*

*(...) A solução encontrada foi a criação, para os trabalhadores rurais que exercem sua atividade em regime de economia familiar, de um sistema contributivo diferenciado para possibilitar o acesso à rede de proteção social, definido na própria Constituição Federal.*

*(...)*  
*47. Outrossim, pelas regras atuais, o segurado especial não precisa comprovar recolhimentos previdenciários caso não comercialize sua produção: basta provar que trabalhou 15 anos em atividade rural, por meio de início de prova material (notas de produtor rural, declaração de sindicato, documentos pessoais dos quais conste a ocupação rústica, dentre outros), corroborada por prova testemunhal.*

*(...)*  
*50. Portanto, a melhoria das condições de vida e trabalho nas áreas rurais, o aumento da expectativa de vida de homens e mulheres, e o desequilíbrio entre arrecadação e despesas com benefícios rurais,*

justificam a alteração das regras para esses trabalhadores, especialmente o aumento da idade mínima e a forma de contribuição, com a substituição da contribuição atual sobre a comercialização.

51. **A proposta é igualar a idade mínima dos trabalhadores urbanos e rurais, bem como instituir uma cobrança individual mínima e periódica para o segurado especial, substituindo o modelo de recolhimento previdenciário sobre o resultado da comercialização da produção. Propõe-se a adoção de uma alíquota favorecida sobre o salário mínimo, adequada à realidade econômica e social do trabalhador rural<sup>1</sup>.**

53. **Importante destacar que essa alteração de sistemática de contribuição do segurado especial se dará gradualmente, por meio de uma transição do modelo contributivo, sem afetar o reconhecimento do período de atividade rural anterior à data de promulgação da Emenda, com base na legislação então vigente (g.n.).**

Diante da justificativa da medida proposta pelo governo federal, duas regras afetam diretamente e de forma negativa os segurados especiais rurais. A primeira determina que a idade mínima passa de 60 (homens) e 55 (mulheres) para 65 anos ambos, sem distinção. A segunda obriga o contribuinte a, mensalmente, recolher uma alíquota à previdência, o que revoga a forma atual de contribuição presumida através da comercialização da produção rural.

As duas medidas mais impactantes sobre os segurados especiais rurais tendem a impor uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, mais a comprovação do recolhimento mensal à previdência, o que afeta diretamente a economia da agricultura familiar e tende a afetar também e diretamente os povos originários.

Por fim, o governo gostaria ainda de acabar com a vinculação de todos os benefícios da Previdência ao reajuste do salário mínimo, mas não encontra respaldo na legislação. Nos casos da pensão e da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o entendimento é que não há insegurança jurídica e, por isso, a proposta de Emenda já regula essa mudança. Quanto aos demais benefícios, mesmo sem previsão na Emenda, o governo pretende, logo que aprove a reforma, suprimir o reajuste do salário mínimo e aplicar apenas a correção da inflação.

## A Proposta de Emenda Constitucional Nº 287/2016 e os povos indígenas

Quanto aos povos indígenas, o impacto será ainda maior, caso seja aprovada a medida como se encontra proposta. Cabe ressaltar que em nenhum momento, seja no texto legal, seja na justificativa, as palavras “índios” ou “povos indígenas” são mencionadas.

Veja-se que muitas comunidades indígenas vivem da pesca, coleta, pequenas roças de subsistência comunitária, de seus tratos culturais produtivos específicos e das diversas formas tradicionais que produzem sua economia, nos termos do artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Sem renda mensal em espécie, como contribuiriam os indígenas diante dessa nova regra previdenciária?

A resposta a esse questionamento seria apenas um: diante dessa nova proposta de Emenda Constitucional os indígenas não conseguiriam se aposentar. Sem contribuição mensal recolhida à previdência, sem direito à aposentadoria, portanto.

Ademais, diante da elevação da idade mínima para acessar o benefício, aliado ao recolhimento mensal à

Em face da omissão da situação indígena, submeter os povos tradicionais à mesma condição não-indígena para o acesso do benefício seria um retrocesso sem precedentes

previdência, os indígenas entrariam numa condição ainda pior da que vivem hoje. Aliados da terra, em boa parte das regiões brasileiras, com condições precárias de vida e sem uma produção “não-índia” que sustente uma contribuição individual mensal, estariam à margem do direito previdenciário proposto pelo governo federal.

Ainda, as condições em que vivem os indígenas atualmente são piores do que aquela em que viviam os trabalhadores rurais no contexto em que originou a legislação previdenciária vigente, a qual elegeu os camponeses como necessitados de política menos gravosa, como consta da justificativa da proposta de Emenda. Senão, vejamos o que justificou a legislação em vigor e veja-se a condição indígena de hoje sem acesso à terra e desalojados cultural e juridicamente, em função da falta de efetividade na política indígena, diante do que prevê o art. 231 da Constituição Federal de 1988:

*No que concerne à aposentadoria rural, cumpre mencionar que a regra atual prevê as idades mínimas de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, uma redução de 5 anos de idade em relação à aposentadoria do trabalhador urbano. Tal discriminação se justificava, à época, pelas adversas condições de vida e trabalho desse grupo, que exerce atividade tipicamente braçal, exposto às intempéries e, no passado, com grande dificuldade de acesso a serviços públicos básicos. (g.n.)*

A realidade indígena de hoje, repita-se, pode ser considerada pior do que aquela que justificou a legislação em vigor. Ainda, aumentar a idade mínima dos indígenas para acessar o benefício previdenciário é condenar os indígenas em idade de aposentadoria, que têm uma vida dura nos roçados, pescas, caças, coletas, e outros meios de renda de subsistência, nos acampamentos à margem de sua terra (terras em processo de demarcação ou reivindicadas como tradicionais) ou na vida urbana a uma velhice desumanizada e cruenta.

Ademais, a legislação indigenista, além das sistemáticas decisões judiciais, determina que índio permanece índio, independentemente da sua situação econômica ou da sua economia, de onde e como vivem, etc., para fins de proteção constitucional (Pet. 3388/RR – Rel. Min. Ayres Britto). Ainda, de acordo com a decisão na Ação Civil Pública nº 2008.71.00.024546-2 – RS, os indígenas em situação urbana que vivem de artesanato oriundo de extrativismo vegetal têm o mesmo direito ao benefício especial rural, assim como os demais indígenas em quaisquer das situações que se encontrem.

A conclusão a que se pode chegar é que em face da omissão da situação indígena, submeter os povos tradicionais à mesma condição não-indígena para o acesso do benefício seria um retrocesso sem precedentes, já que são inúmeras as especificidades a serem consideradas, sob pena de grave erro e insegurança jurídica.

Por fim, cabe ressaltar que a medida (PEC 287/16), ao ser extensivamente direcionada aos indígenas, torna-se manifestamente inconstitucional. O motivo da inconstitucionalidade, doravante, é a previsão do art. 231 da Carta Política, como já mencionado:

**Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.**

**§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.**

**§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.**

A CF/88 reconheceu aos índios, além do direito à terra, seus usos, costumes e tradições, línguas e sua organização social diferenciada, de acordo, ainda, com cada povo e suas especificidades.

O direito previdenciário hodierno que se estende então aos povos indígenas é aquele mesmo do trabalhador rural em regime de economia familiar, ou seja, o benefício especial rural – mesmo que em nenhuma passagem da Lei ou da proposta de Emenda conste a palavra “índios” ou “povos indígenas”, dependendo, apenas, para requerer o benefício, de uma certidão emitida pela Funai. Acaso seja aprovada a PEC da reforma previdenciária, continuaria sendo aplicado extensivamente, como é hoje, vale dizer, aos povos tradicionais, esse mesmo regime especial, agora com as mudanças que inconstitucionais e mais gravosas, o que seria erro de inquestionável leitura.

## Conclusão

Por fim, forçoso concluir que a coerção da contribuição mensal à previdência, para aquisição de direito previdenciário pelos índios, encontra óbice no art. 231 da CF/88: os povos indígenas têm direito constitucional de viver de acordo com seus usos, costumes e tradições, podendo não comercializar, se for próprio da sua organização social. Mesmo sem comercializar sua produção ou artesanatos, os índios têm direito ao benefício em comento. Do contrário, estariam gerando um direito constitucional indígena.

Primeiro, é inconstitucional a PEC 287/16, já que o art. 231 da CF/88 impede o recolhimento mensal de 5% sobre o salário mínimo pelos povos tradicionais à previdência para evidenciar direito de aposentadoria, considerando o regime constitucional multicultural e pluriétnico dos povos tradicionais; e, depois, inconsistente aumentar em cinco anos (para homens) e dez anos (para mulheres) o período de contribuição, o que não encontra respaldo na legislação indigenista e nem na atual condição objetiva (aldeados, acampados ou em condição urbana) dos povos indígenas.

Ainda, nos tempos atuais torna-se imperativo reconhecer de forma mais eficaz a grande contribuição dos povos indígenas para com a sociedade brasileira e o país, que se traduz na preservação das florestas e das águas, nos diferentes modos de produção, na riqueza e diversidade cultural e no conhecimento ancestral, condição nova reconhecida pelo direito, mas ainda sem efetividade. ♦

1 [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=005DBFF1457AD22F4B2A2073BA29F70A.proposicoesWebExterno1?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=005DBFF1457AD22F4B2A2073BA29F70A.proposicoesWebExterno1?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016). Acessado em 06/01/2016.

# Enchente: o outro lado da Barragem Norte

Guilherme Cavalli, assessoria de comunicação

O projeto desenvolvimentista, intensificado pelos anos de chumbo, arquitetou no Brasil Militar uma série de programas que, de forma recorrente, foram implementados a custo de violações dos direitos humanos. Sob argumento reformista, mais de 30 grandes Usinas Hidrelétricas foram financiadas por capital internacional, que enriqueceram grandes empreiteiras conhecidas hoje por estarem envolvidas nos escândalos de corrupção nacional.

Na visão tecnocrata da modernidade, as barragens representam o progresso, que por sua vez, põe como secundárias a vida, as histórias dos povos e suas ancestralidades que caminharam nesses territórios. “Por que queremos terra? Ela é herança dos antepassados. Os brancos não sabem o quanto nossos antepassados sofreram para ter essa terra”, afirma Maria Kula Patté Crendo, professora indígena do povo Xokleng Laklãnõ.

A história da Barragem Norte, maior das três hidrelétricas construídas na região de Blumenau (SC), região metropolitana do Alto Vale do Itajaí, encontra-se alinhada à política energética nacional (Lei 9.478/97) e sua visão desenvolvimentista. São resquícios da Ditadura Militar. Na década de 70, sem nenhuma consulta prévia sobre as possíveis interferências negativas nas tradições culturais, o povo Xokleng Laklãnõ foi exposto à invasão de sua terra tradicional por uma construção apresentada como de “interesse nacional”, para o bem do país.

Os impactos decorrentes da barragem construída na porta da Terra Indígena (TI) “Ibirama Laklãnõ” são apresentados, após 25 anos da finalização da construção, no documentário *Enchente: o outro lado da Barragem Norte*. O filme narra o obrigado êxodo dos indígenas Xokleng para um lugar que não era deles.

A Barragem Norte assolou a vida do povo Xokleng Laklãnõ, alagou as terras de várzea, cobriu a aldeias e lavouras existentes, destruiu a fonte da vida que provinha das águas do rio Itajaí do Norte. Hoje o grupo expulso de seu território vive “em barracas na cabeceira da ponte”, como conta o indígena Veithca Uvanhecu Teie. “A barragem deslocou as comunidades indígenas para cima do morro”, lamenta a liderança.

Nessa realidade, crianças crescem sem contato com o território que foi de seus ancestrais. Anciões partem sem poder serem enterrados juntos com seus parentes. Hoje, aqueles que se instalaram na localidade durante o século XIX são arrancados do espaço que mantém sua história. Suas raízes morrem afogadas pela água represada. “A barragem veio e alagou as terras, as lavouras, levando os indígenas a um lugar sem condição de plantio. Por isso estamos perecendo”, sente o Xokleng Antônio Caxias Popó.

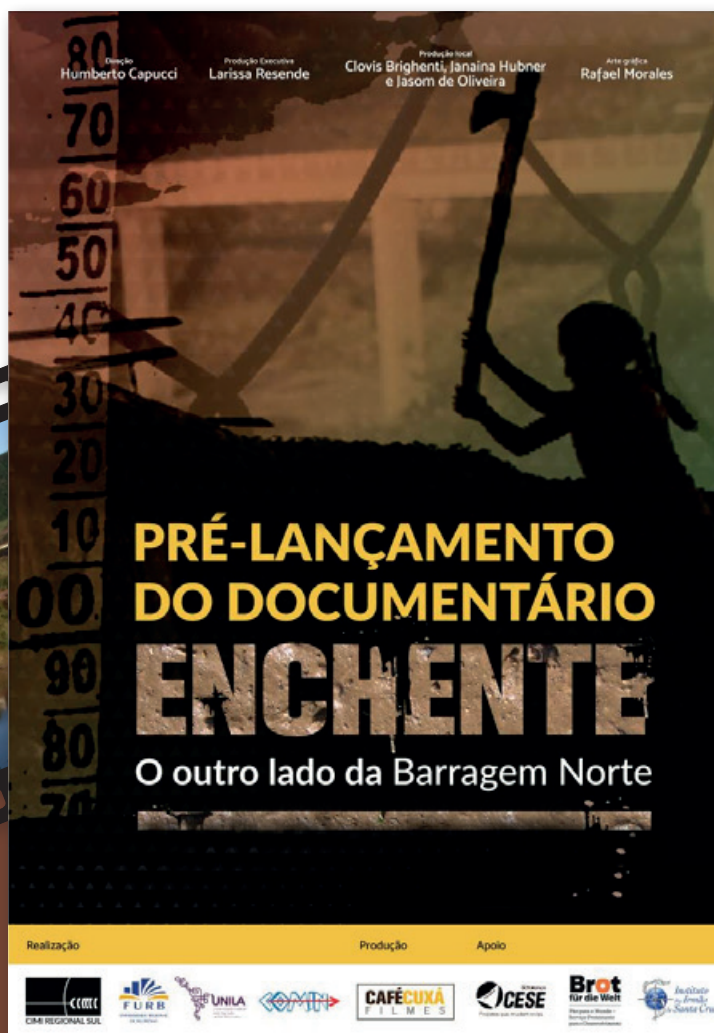
A água que restou é uma mistura de lama e resíduo podre. “A barragem acabou com a relação dos Xokleng com o rio. Só vem lodo e capim”, descreve Setembrino Camlém, cacique presidente da Terra Indígena Laklãnõ Xokleng. A terra que os cabe, antes responsável pelo sustento do povo, hoje está condenada pela Defesa Civil. Na aldeia Figueira, as casas, com rachaduras nas paredes, ameaçam desabar.

O documentário (38”) realizado pela Café Cuxá Filmes visibiliza os impactos causados pela construção que alagou 870 hectares, espaço equivalente a aproximadamente 1200 campos de futebol. Além das violações culturais, da negação ao direito ancestral à terra, a hidroelétrica, em tempos de chuva, alaga as vias de acesso à Terra Indígena. Aldeias ficam ilhadas, o que leva ao isolamento que chega a 40 dias. Durante as chuvas do primeiro trimestre, casas são alagadas e aulas canceladas por impossibilidade de chegar até a escola. Profissionais da saúde não conseguem fazer o atendimento nas aldeias.

As casas que são alagadas na época de retenções das águas foram construídas pelo Estado como compensatória da terra tomada. Outras residências, também construídas pela medida de indenização, foram condenadas pela Defesa Civil. No documentário, o prefeito de Jose Boiteux (SC), Jonas Pudewell, caracteriza a barragem como “uma bomba relógio” devido à ameaça de alagamento e desmoronamento. “Foi uma obra mal projetada. Quando fizeram o projeto, não calcularam certo. Na última enchente, as comunidades ficaram ilhadas”, expõe Pudewell.

“Hoje é uma vida triste”. O impacto da construção vai além das condições físicas, que submetem os Xokleng a condições sub-humanas. “Os índios, que são os verdadeiros donos dessas terras, hoje estão mendigando seus direitos”, lamenta Edu Pripá em depoimento no documentário. O povo, que se organizava social e culturalmente em uma única aldeia, foi obrigado a romper laços e subdividir-se em nove grupos. A comunidade que convivia unida em torno do Rio Hercílio necessitou se separar em diferentes aldeias para fugir das inundações. São aproximadamente dois séculos de práticas culturais, de convívio com o meio, maneiras políticas de organização, postas em aniquilamento em prol do “desenvolvimento”.

“Alguém precisa se manifestar. Por que se não o índio fica ali, esperando quem?”, questiona Antonio Caxias aos documentaristas. O desrespeito aos povos historicamente perpetrado se converte em luta e resistência. A aspiração de homens e mulheres acampados sob o relento da amnésia do “Estado Nação” não é por riqueza e poder. Desejam que o futuro de suas crianças, aquelas que correm nos barrancos que os afastou do rio, fonte de vida, não seja inundado sob desculpas de progresso. “Meus filhos e meus netos não precisam sofrer o quanto estou sofrendo. Batalhamos para ver se deixamos alguma coisa arrumada para nossa futura descendência”, insiste a liderança indígena.



## FICHA TÉCNICA

Enchente: o outro lado da Barragem Norte

Direção: Humberto Capucci

Produção Executiva: Larissa Resende

Produção local: Clovis Brighenti, Janaina Hubner e Jason de Oliveira

Divulgação: Osmarina de Oliveira

Arte Gráfica: Rafael Morales

Produção: Café Cuxá Filmes

Realização: Cimi Regional Sul, COMIN, FURB, UNILA

Assista online:  
<https://youtu.be/kTKNmogdQAY>